

ATA DA 024ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2016  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 10h30, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Gelson Merisio  
Antônio Aguiar  
Padre Pedro Baldissera

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão extraordinária e dá início à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

\*\*\*\*\*

**Ordem do Dia**

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0392/2016, de autoria do deputado Gelson Merisio, que declara como Estado Irmão de Santa Catarina a província de Antioquia, na Colômbia, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Agora, vamos votar o Orçamento.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0311/2016, de origem governamental, que estima a receita e fixa a despesa do estado para o exercício financeiro de 2017.

Ao projeto foi apresentada emenda aditiva e emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Temos os destaques apresentados pelas deputadas Ana Paula Lima e Luciane Carminatti e do deputado Dirceu Dresch. São 23 Destaques, seis de autoria da deputada Ana Paula Lima, seis de autoria do deputado Dirceu Dresch e os demais de procedência da bancada do PT.

Consulto os proponentes de que forma vamos apreciar. Gostariam de fazer a discussão e votação em bloco?

Com a palavra, a líder do PT, sra. deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - A sugestão é de que seja feita, em bloco, a discussão e posterior, a votação.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Muito obrigado, deputada.

Em discussão os destaques da bancada do PT.

Com a palavra, para defender os destaques da bancada do PT, a sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, peço permissão para também fazer a defesa e o debate das emendas do deputado Dirceu Dresch, que também apresentou várias emendas ao Orçamento.

O Orçamento de 2017 prevê o investimento de R\$ 26,07 bilhões, com um aumento de 1.25% com relação ao Orçamento deste ano, com uma inflação de 7.87%. Portanto, imagino que os novos secretários, que

tomarão posse, terão certa dificuldade na gestão com um Orçamento bastante apertado, bem abaixo da previsão inflacionária e uma Receita Corrente Líquida com aumento de 3.39 em relação a 2016, chegando a um valor de 22.45.

Nós apresentamos várias emendas e quero fazer uma manifestação coletiva das emendas, abordando inicialmente as emendas que o deputado Dirceu Dresch apresentou.

A Emenda n. 68, trata de criar melhores condições para o desenvolvimento da energia renovável, através do estímulo à compra, produção de componentes relacionados a esse setor, no valor de R\$ 250.000,00.

A Emenda n. 60, também no valor de R\$ 250.000,00, é para a construção de habitação rural no estado de Santa Catarina. Nós sabemos que tem um projeto de lei nesta Casa que extingue a Cohab, no entanto temos mais de 160 mil famílias que precisam de moradias em Santa Catarina, grande parte dessas são habitações rurais.

Há uma emenda, também, apresentada pelo deputado Dirceu Dresch, no valor de R\$ 300.000,00, para melhorar a oferta da energia que chega às propriedades rurais, em função de que muitas atividades agropecuárias dependem de energia de melhor qualidade, tanto o setor da suinocultura, quanto da avicultura, do leite. Enfim, todas as atividades ligadas à agricultura familiar sofrem prejuízos pelas constantes quedas de energia e pela falta de energia elétrica aos agricultores também.

A Emenda n. 52, também de origem do deputado Dirceu Dresch, no valor de R\$ 250 mil, trata da produção de alimentos agroecológicos orgânicos, que tem crescido em torno de 20% ao ano, sendo um dos setores que mais cresce na agricultura familiar, e precisamos cuidar mais da alimentação saudável para que tenhamos maior qualidade de vida.

A Emenda n. 81, de nossa autoria, prevê o valor de R\$ 1 milhão para ampliar a inclusão, digital no meio rural. Essa emenda é fundamental porque hoje os jovens especialmente têm migrado do

interior para as cidades, e um dos fatores que interferem é com certeza o acesso às tecnologias. E o acesso à tecnologia significa o acesso à segurança. Na medida em que os bandidos sabem que você tem uma moradia isolada e sem contato, obviamente, amplia a insegurança no meio rural. Também apresentei uma emenda no valor de R\$ 200 mil para a implementação da política de atenção estadual à proteção das comunidades quilombolas, que são comunidades que existem no sul do estado, na região de Campos Novos e outras regiões, que carecem de infraestrutura. *[Taquígrafa: Cristiany]*

A Emenda n. 83 no valor de R\$ 2,500 milhões destinados à democratização da comunicação.

A Emenda n. 84 no valor de R\$ 250 mil, que prevê a ampliação da mobilidade cicloviária, ou seja, ciclovias, ciclofaixas para que possamos ter melhor qualidade nas nossas cidades, sobretudo, aquelas de maior porte.

Também o valor de R\$ 1 milhão destinado apoio financeiro à economia solidária que são empreendimentos movidos pelo espírito de economia solidária, não numa relação de patrão e empregado, e são empreendimentos que geram trabalho, renda e, portanto, ajudam a desenvolver os nossos municípios. E hoje, infelizmente, a economia solidária em Santa Catarina está totalmente deixada de lado.

Então, nós abordamos um valor de R\$ 1 milhão para que possamos começar a estruturar uma política estadual de incentivo à economia solidária em Santa Catarina.

Também apresentamos uma emenda no valor de R\$ 10 milhões, destinado à ampliação dos recursos para a construção do contorno viário leste, em Chapecó. Essa obra é fundamental, mas tem se tornado uma obra que não sai do papel, vários prefeitos de Chapecó têm anunciado essa obra, no entanto, não temos a previsão de orçamento.

Portanto, garantir R\$ 10 milhões significa iniciar a obra, e poderá sofrer aumento, inclusive, nesse orçamento.

A Emenda n. 87, no valor de R\$ 2,500 milhões para ampliação dos municípios que atuam nas ações

de proteção social e especial de alta complexidade. A assistência social também precisa receber recursos para que possa atender a população deste estado.

A Emenda 88, no valor também de R\$ 2,500 milhões para ações de proteção social de média complexidade. Então, nós temos na assistência, assim como na saúde, a proteção básica, média e alta complexidade. E também o mesmo valor de R\$ 2,500 milhões para ações de proteção social básica na área da assistência social.

A Emenda 90 é para a construção, reforma e ampliação de equipamentos do SUAS no valor de R\$ 10 milhões. Assistência social que tem diminuído a cada ano os investimentos nesse setor. Apoio técnico e financeiro ao Conselho Estadual da Assistência para que possa também se estruturar no estado de Santa Catarina.

A Emenda 93 é para a adequação e melhora da infraestrutura no aeroporto de Chapecó. O referido aeroporto é o que mais cresce no interior do país. Hoje temos mais de 30 mil passageiros/mês, e esse aeroporto precisa de uma pista ampliada, um novo terminal de passageiros e equipamentos de visibilidade também para que nos dias de neblina e chuva possamos ter voos regulares, e é uma condição, inclusive, para ampliação de novos voos, novas empresas, novos horários e novos itinerários. Nesta emenda estamos propondo R\$ 4 milhões.

E, por último, a Defensoria Pública que também precisa de investimentos para que ela chegue a todos as regiões, garantindo acesso à justiça às comunidades, às famílias hipossuficientes, aumentando o orçamento para mais R\$ 50 milhões para consolidar a Defensoria Pública em Santa Catarina.

Então, presidente, são essas emendas. Quero pedir o apoio dos parlamentares, uma vez que todas essas emendas dizem respeito a ações, a demandas, a necessidades de diferentes setores e regiões do estado de Santa Catarina.

Obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (Presidente) - Com a palavra, para discutir, a sra. deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Srs. deputados, destaquei, diante de tantas emendas, é difícil tirar prioridades, mas depois de muito averiguar, deputado Silvio Dreveck, nosso futuro presidente, gostaria que pelo menos essas que elencamos, a maior na área da saúde, da vida e também em infraestrutura, a Emenda n. 29, já havia apresentado no PPA, ela tem como objetivo garantir os recursos para a construção das casas de parto pela inexistência no estado de Santa Catarina que é a questão para consolidar o parto humanizado e a efetivação da Rede Cegonha, que é um programa do ministério da Saúde. E nessa emenda, pelo menos em 24 unidades hospitalares situadas nos municípios que possuem já uma estrutura e são credenciadas na Rede Cegonha possam receber uma casa de parto. Essa é a Emenda 29.

As Emendas 79 e 80, uma parte dessa obra já está acontecendo em nossa região lá no médio vale do Itajaí e também na região norte, elas visam ampliar os trechos a serem atendidos nas rodovias até a cidade de Blumenau de reabilitação que com o aumento da capacidade da SC-212, trecho BR-101, Ilhota/Gaspar, e também o contorno de Ilhota e da reabilitação do aumento da capacidade da SC-108, que é o trecho da BR-280, que é Jaraguá do Sul, Massaranduba e também pela BR-470, que já acontece a obra, mas faltou um trecho que não foi contemplado.

Então, é para contemplar essa reabilitação.

A Emenda 112 tem como objetivo garantir a ampliação dos recursos para as reformas das escolas da região que compreende a ADR de Blumenau, porque infelizmente as nossas escolas estão numa situação muito precárias e esses recursos seriam para fazer a manutenção e recuperação das nossas escolas.

A Emenda 117 tem como objetivo garantir recursos para executar a construção da SC-420, que liga os dois municípios, Blumenau e Guabiruba, que

é um sonho muito antigo da nossa região para encurtar distâncias.

A Emenda 128 tem como objetivo garantir recursos para executar a pavimentação da rodovia que liga os municípios Luiz Alves, Pomerode e Massaranduba da região do distrito da Vila Itoupava, que ali é muito mais perto chegar à cidade de Blumenau, e que também é um sonho antigo daquelas três comunidades e dos três municípios.

Era isso, sr. presidente!

Eu peço a gentileza, a sensibilidade dos demais parlamentares para votar, pelo menos nesse pouco que resumi diante de tanta importância que tem para o estado de Santa Catarina.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Darci de Matos.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, na verdade, a posição do governo e nossa, como acontece nos últimos anos, é posição contrária às emendas, aos destaques, visto que o relator, deputado Marcos Viera, acatou tão somente as emendas do Orçamento Regionalizado, que tem acontecido também nos últimos anos, e as três emendas do governo que são as emendas que garantem recursos para o prêmio Elisabete Anderle e a outra que adéqua o orçamento à PEC da Saúde que aprovamos há poucos dias, e a outra emenda do governo cumpra a exigência do BNDES para que os recursos devam estar vinculados ao Programa Caminhos do Desenvolvimento, ou seja, para obras de portos e hidrovias e para aumentar a capacidade da obra do trecho de Ilhota à Gaspar.

Portanto, esta é a posição do governo. Foram acatadas três emendas do governo e tão somente as emendas do Orçamento Regionalizado. Com relação às demais, entendemos a importância, mas nossa orientação é voto contrário, sr. presidente.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (Presidente) -  
Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Esta Presidência aguardará a chegada do deputado Gelson Merisio para que proceda à votação.

Portanto, suspendo a presente sessão por até dez minutos, para a chegada do sr. presidente, deputado Gelson Merisio.

Está suspensa a sessão.

*[Taquígrafa-Revisora: Elzamar]*

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Reabre a sessão e dá continuidade à Ordem do Dia.

Vamos votar os destaques em bloco.

Inicialmente, vamos votar os Destaques n.s. 0029/2016, 0079/2016, 0080/2016, 0112/2016, 0117/2016, 0128/2016, de autoria da sra. deputada Ana Paula Lima.

Em votação os destaques.

Os srs. deputados que são contrários permaneçam como se encontram e quem é a favor dos destaques se manifestem.

Os Destaques estão rejeitados com os votos contrários da deputada Ana Paula Lima, deputada Luciane Carminatti, deputado Padre Pedro Baldissera, deputado Neodi Saretta, deputado Ismael dos Santos, deputado Maurício Eskudlark e o deputado João Amin.

Estão rejeitados os Destaques da deputada Ana Paula Lima.

Em votação os Destaques de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Os srs. deputados que concordam em manter o texto original permaneçam como se encontram e quem é a favor dos destaques se manifestem.

Os Destaques do deputado Dirceu Dresch estão rejeitados, com os votos contrários da deputada Ana Paula Lima, deputada Luciane Carminatti, deputado Padre Pedro Baldissera, deputado Neodi Saretta, deputado Ismael dos Santos, deputado Maurício Eskudlark e o deputado João Amin.

Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, entendo como de costume, quem deseja aqui, que os destaques sejam aprovados, permaneçam como se encontram e quem rejeita que se manifeste. O costume na Casa tem sido assim, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - A ordem dos fatores, neste caso, não altera o produto. É apenas para simplificar.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - O senhor tem que chamar a atenção de quem rejeita os destaques e não quem aprova, porque quem aprova permanece como se encontram.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Pois é assim que foi feito.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Não, foi ao contrário.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Votação dos Destaques de autoria da deputada Luciane Carminatti, da bancada do PT.

Da mesma forma, quem é a favor dos destaques...

Deputado Marcos Vieira - Permaneça como se encontram e quem é contra se manifeste?

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Não, sr. deputado. Quem é a favor dos... eu vou refazer.

Quem é a favor do texto original, permaneça como estão e quem é a favor dos destaques da deputada Luciane Carminatti que se manifestem.

Estão rejeitados os Destaques da deputada Luciane Carminatti, por maioria, com o registro de como foi na primeira votação, os votos contrários da deputada Ana Paula Lima, deputada Luciane Carminatti, deputado Padre Pedro Baldissera, deputado Neodi Saretta, deputado Ismael dos Santos, deputado Maurício Eskudlark e o deputado João Amin.

Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu quero, apenas, agradecer os parlamentares que foram solidários, sensíveis e justos na votação dos nossos destaques.

Muito obrigada!

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0311/2016, de origem governamental, que estima a receita e fixa a despesa do estado para o exercício financeiro de 2017.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda aditiva e emendas modificativas.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sinto-me na obrigação de fazer uma manifestação antes da votação do texto final do projeto de lei que trata do orçamento.

Há muito, sr. presidente, esta Casa, realiza anualmente e solicita a v.exa. que me dê o tempo regimental de pelo menos 5 minutos.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Sr. deputado Marcos Vieira, v.exa. tem o tempo necessário como relator do orçamento.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Há muito, sr. presidente, como estava dizendo, esta Casa realiza anualmente as audiências do orçamento regionalizado. Em épocas bem anteriores a frequência nessas audiências era grande, a população, as autoridades acorriam para prestigiar e participar dessas audiências públicas do orçamento regionalizado.

Mas, com o tempo o Poder Executivo passou a "desprezar" aquilo que Assembleia Legislativa fazia e realizava em benefício da população, que eram da realização dessas audiências, escolhendo as ações e as incluindo no orçamento do estado. Veio o descrédito quanto à execução dessas ações. Mas, a partir dos últimos cinco, seis anos, esta Casa, em especial, por intermédio de seus líderes

tomaram a decisão de fazer com que todas as ações do orçamento regionalizado se tornassem obrigatórias sua inclusão no PPA e na LOA.

Depois veio a sua obrigatoriedade de inclusão nas peças que citei, por intermédio de uma emenda constitucional, em que nós acrescentamos os art. 120, "a" e 120 "b" na Constituição do Estado. O artigo 120 "a" é autoaplicado, porque impõe a esta Casa a obrigatoriedade de incluir no PPA e na LOA todas as ações do orçamento regionalizado escolhidas em todas as audiências públicas realizadas em Santa Catarina.

Infelizmente, o art. 120 "b", que trata da impositividade da realização e execução dessas ações precisava de uma regulamentação. E como a competência para iniciar este processo de regulamentação é da comissão de Finanças e Tributação, os srs. deputados que a compõem resolveram, então, dar início a tramitação de um projeto de lei complementar para regulamentar a impositividade das ações do orçamento regionalizado por parte do Poder Executivo. É o Projeto de Lei Complementar n. 0004/2016, que trata da regulamentação do artigo 120 "b". Este projeto de lei complementar teve início e tramitou na comissão de Finanças e Tributação, foi à comissão de Constituição e Justiça, sofreu um aperfeiçoamento por parte dos srs. deputados da referida comissão, retornou à comissão de Finanças e Tributação, onde no mérito, decidiu-se por convalidar, aprovar e remeter à Plenário para discussão final dos 40 srs. deputados.

Mas, infelizmente, não entrou na Ordem do Dia até a presente data. E este ano também, infelizmente, deputado Mauro de Nadal, não entrará. Mas, fruto de um acordo de líderes com a concordância do sr. presidente, desta Casa, o Projeto de Lei Complementar n. 0004/2016, que está pronto para ser votado, deverá vir a Plenário, desta Casa, para deliberação dos 40 deputados até o dia 30 de abril de 2017. Poderá vir no primeiro ou no segundo dia de trabalho de fevereiro ou de março, mas a data limite de encerramento da sua discussão, no âmbito interno, desta Casa, será até

o dia 30 de abril, onde os srs. deputados terão a oportunidade de aprovar ou de rejeitar o projeto de lei.

Mas, eu quero crer que esse projeto de lei, tendo em vista a manifestação nesses últimos anos por parte do sr. deputado, não restará outra alternativa a não ser a sua aprovação. E se assim for aprovado, sr. presidente, srs. e sras. deputados, esta Casa estará dando um passo extremamente importante em benefício dos municípios de Santa Catarina, que é o de efetivamente acatar as sugestões da população e transformá-la em ações para ser inseridas, obrigatoriamente, no orçamento do estado e sua execução também se tornar obrigatória.

Para tanto o projeto de lei foi muito bem elaborado pela parte técnica da Casa, pelo srs. deputados que compõem a comissão de Finanças e Tributação, e quero agradecer a participação de todos. E dizer que este projeto de lei vai fazer que, com critérios bem fixados e bem definidos, nós possamos ter para 2018 as ações do orçamento regionalizado de forma impositiva colocada no orçamento e de forma impositiva executada pelo Poder Executivo.

Por isso, sr. presidente, faço essa manifestação, no sentido de dizer que, felizmente, fruto de um acordo de líderes, nós vamos finalmente até o dia 30 de abril do ano que vem votar o projeto de lei complementar que já está pronto para ser incluído na Ordem do Dia, que é o PLC n. 0004/2016.

Então, eu quero, aqui, tornar público o acordo feito com a ciência e a concordância do sr. presidente, dos srs. líderes, para que no ano que vem possamos ter isso definido. E vamos, então, votar na sua plenitude o orçamento do estado do ano que vem.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) -  
Muito obrigado, deputado Marcos Vieira.

Deputado Dr. Vicente Caropreso - Pela ordem,  
sr. presidente.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) -  
Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dr.  
Vicente Caropreso. *[Taquígrafa-Revisora: Sílvia]*

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Sr.  
presidente, o Parlamento está votando o projeto de  
lei que estabelece condições e critérios para  
nomeação de cargos de direção nas autarquias e  
fundações no estado de Santa Catarina, dando  
prerrogativas à Assembleia Legislativa, no caso, a  
comissão de Constituição e Justiça, para fazer  
avaliação de pessoas nomeadas pelo Poder  
Executivo. Acho que isto tem grande relevância  
pelo momento da política brasileira, e Santa  
Catarina está um passo à frente neste sentido,  
irão passar pelo crivo da CCJ, as pessoas nomeadas  
para altos escalões da política catarinense.

Muito obrigado!

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) -  
Encerrada a discussão do Projeto de Lei n.  
0311/2016, de origem governamental, que estima a  
receita e fixa a despesa do estado para o  
exercício financeiro de 2017.

Não havendo quem o queira discutir, encerramos  
sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam  
como se encontram.

Aprovado em turno único.

Neste momento, a Presidência encerra a sessão,  
convocando outra, extraordinária, para as 11h13,  
dando prosseguimento à pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão. *[Taquígrafa-Revisora:  
Ana Maria] [Revisão Final: Coordenadora Carla]*